



UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA*: CONCEPÇÕES E PESQUISA

COMMUNITY UNIVERSITY: CONCEPTIONS AND RESEARCH

Luciane Spanhol Bordignon 1

Resumo: A educação superior é descrita como locus da produção do conhecimento, principalmente nos Programas de Pós-graduação stricto sensu. Neste contexto, um dos desafios a serem enfrentados diz respeito a pesquisa no cenário da educação superior. Este artigo tem como objetivo analisar a universidade comunitária em suas concepções e no aporte da pesquisa. O estudo dedica-se ao acompanhamento da pesquisa em uma universidade comunitária, mas especificamente, na Universidade de Passo Fundo (UPF), situada no norte do estado do Rio Grande do Sul. Para realizá-lo, utilizou-se de fontes bibliográficas, dados institucionais e entrevistas com gestores institucionais. Os encaminhamentos conclusivos resgatam os avanços e desafios desse estudo, sinalizando as questões que envolvem a universidade comunitária e a pesquisa.

Palavras-chave: Educação Superior; Universidade Comunitária; Pesquisa.

Abstract: Higher education is described as locus of the production of knowledge, mainly in the Graduate Programs stricto sensu. In this context, one of the challenges to be faced is research in the higher education scenario. This article aims to analyze the community university in its conceptions and the contribution of the research. The study is devoted to the follow-up of research in a community university, but specifically, at the University of Passo Fundo (UPF), located in the north of the state of Rio Grande do Sul. Bibliographic sources, data institutions and interviews with institutional managers. Concluding remarks highlight the advances and challenges of this study, signaling the issues surrounding community university and research.

Key words: College education; Community College; Search.

Doutora em Educação. Professora na Faculdade de Educação (FAED) da Universidade de Passo Fundo (UPF). Integrante do Grupo de Estudos sobre Universidade – GEU/UPF e do Grupo de Pesquisa e Extensão em Políticas Gestão da Educação (GPEPGE), da FAED/UPF. E-mail: lucianebordignon@upf.br

*As reflexões, propostas e vivências deste estudo fizeram parte da pesquisa realizada para a feitura da tese A Pós-graduação como Interlocutora das relações Universidade e Comunidade (BORDIGNON, 2014).

Introdução

Na esteira da educação superior, as Universidades Comunitárias –UC, situa-se no espaço público não-estatal. Por suas características, estas têm potencial para enfrentar os desafios da educação superior na sociedade contemporânea. Este artigo tem como objetivo analisar a universidade comunitária em suas concepções e no aporte da pesquisa.

Por meio da análise documental e entrevista com gestores, examinam-se os avanços e desafios da pesquisa na trajetória de uma dessas instituições, mais especificamente, a Universidade de Passo Fundo (UPF), situada no planalto médio do Rio Grande do Sul. No quadro desta investigação, foi possível capturar “as vozes” dos gestores institucionais - Vice-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, Vice-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários, Coordenadores dos Programas de Pós-graduação *stricto sensu*¹, no período de 2011 a 2013, acerca da Universidade Comunitária, do desenvolvimento regional e das proposições de pesquisas.

Na perspectiva deste estudo, evidencia-se que a pesquisa na UPF está em processo de consolidação, entre outros fatores, pela presença de professores pesquisadores na graduação, políticas de pesquisa, inserção de acadêmicos na iniciação científica, grupos e linhas de pesquisa.

Caracterizando a Universidade Comunitária

As Universidades Comunitárias (UC) estão proclamadas na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (1996). A Constituição Federal (1988) refere-se que poderão ser consideradas comunitárias, confessionais ou filantrópicas as escolas que provarem finalidade não lucrativa e aplicarem seus excedentes financeiros em educação. O artigo 20 da LDB (1996) aponta como comunitária as universidades que são constituídas por grupo de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora membros da comunidade.

Dentro do conjunto das universidades denominadas comunitárias, estão comumente agrupadas as comunitárias regionais – que são laicas – e as comunitárias confessionais. Muito embora ambos os grupos se apresentem recorrentemente como um conjunto único maior, inclusive por uma questão de força política, não se pode desconsiderar as diferenças que há entre eles. Para Frantz (2002), as regionais são “substantivamente” comunitárias e as confessionais são “adjetivamente” comunitárias. Bittar (2001), por sua vez, identifica as primeiras como “comunitárias *stricto sensu*”, enquanto as segundas como “comunitárias *lato sensu*”.

Segundo Franco e Morosini (2006), o desafio está em estabelecer mudanças sustentáveis e manter sempre o caráter comunitário, independente de competições e recursos. A sustentabilidade vai além do empreendedorismo, pois implica mudanças contínuas e sua própria sustentação.

A origem das universidades comunitárias gaúchas está localizada entre as décadas de 1940 e 1970, muito embora sua caracterização como instituições de cunho regional e seu reconhecimento como universidades propriamente ditas tenha se dado a partir da década de 1960. Estas instituições representam o resultado da mobilização de suas comunidades, com o apoio de lideranças e entidades locais, em prol da interiorização da educação superior em um cenário de ausência do poder público estatal (SCHMIDT, 2010; NEVES, 1995; VANUCCHI, 2013). Naquela época, como afirma Vanucchi (2013, p. 15), “a sociedade civil rio-grandense, não devidamente atendida pelo Poder Público, se organizou e se mobilizou pela instalação de escolas superiores, mediante associações, fundações e consórcios com tal objetivo”. Todavia, essas “não eram iniciativas de caráter privado, com perspectiva capitalista, mas públicas, embora não estatais”.

Já na década de 1940 se iniciou o processo de mobilização pela interiorização do ensino superior no estado a partir de esforços da sociedade civil. O contexto da época é expresso por Both e Frantz, que sinalizam “sem as vantagens dos grandes centros, sem o privilégio da política oficial, sem a força das grandes famílias da oligarquia gaúcha detentoras de poder, os centros populacionais, (...) tiveram também que prover pelo ensino superior” (1985, p.14).

1 Os símbolos G1, G2, G3, G4, G5, G6, G7 e G8 indica os gestores institucionais (Vice-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, Vice-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários, Coordenadores dos PPGs em Educação, Letras, História e em Envelhecimento Humano), no período de 2011 a 2013.

Nesta perspectiva, Pozenato evidencia que “a universidade comunitária parece reivindicar, de fato, um reconhecimento jurídico de seu caráter público, que sirva como base de direitos junto, principalmente, ao Estado” (1995, p.3).

A partir do ano de 2008, então, iniciou-se o esforço por uma legislação definidora do perfil das instituições comunitárias de educação superior, ou seja, um marco legal específico (SCHMIDT, 2010). Nesta direção, destaca-se o trabalho das entidades representativas das instituições de caráter regional e confessional (COMUNG², ACAFE³, ABRUC⁴, ANEC⁵, ABIEE⁶) que, conjuntamente com uma frente parlamentar criada com o objetivo de apoiar politicamente o setor – a Frente Parlamentar de Apoio às Universidades Comunitárias –, propuseram um projeto de lei que passaria a ser o marco regulatório do setor. O projeto foi protocolado em 2010 e aprovado em novembro de 2013, na forma da Lei 12.881/2013, a chamada “Lei das Comunitárias”, que define e qualifica as Instituições Comunitárias de Educação Superior – ICES.

Ao definir as características das ICES, a Lei prevê, em seu Artigo 1º, que essas instituições “ofertarão serviços gratuitos à população, proporcionais aos recursos obtidos do poder público, conforme previsto em instrumento específico” (o Termo de Parceria) e, ainda, que as ICES “institucionalizarão programas permanentes de extensão e ação comunitária voltada à formação e desenvolvimento dos alunos e ao desenvolvimento da sociedade”. A Lei estabelece ainda, em seu artigo 2º, que as ICES contam com prerrogativas como acessar “editais de órgãos governamentais de fomento direcionados às instituições públicas” e “ser alternativa na oferta de serviços públicos nos casos em que não são proporcionados diretamente por entidades públicas estatais” (BRASIL, 2013).

As ICES, como destacado anteriormente, foram criadas na década de 1940 e consolidadas na década de 1980, totalizando, em 2018, 68 instituições agregadas à Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (ABRUC). No Rio Grande do Sul, as universidades comunitárias organizam-se no Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (COMUNG), criado em 1996, e atualmente, com 15 universidades associadas. Em Santa Catarina, as universidades comunitárias organizam-se na Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE) fundada em 1974 e que congrega 16 fundações educacionais, criadas com apoio do Governo do Estado e de Prefeituras.

Ressalta-se que o processo de origem do modelo comunitário iniciou no final da década de

2 COMUNG - Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas – Comung. As instituições que formam o Consórcio representam uma verdadeira rede de educação, ciência e tecnologia, que abrange quase todos os municípios do estado. Integrado por 15 instituições de ensino e com 8.735 professores e mais de 11 mil funcionários, o Comung contabiliza 189.224 universitários gaúchos e oferece 1.465 cursos de graduação e pós-graduação, constituindo-se como o maior sistema de educação superior em atuação no Rio Grande do Sul. Disponível em: < <https://comung.org.br/sobre/>>.

3 ACAFE - Associação Catarinense das Fundações Educacionais. O Sistema ACAFE integra 16 IES no estado de Santa Catarina. Conta com 8968 professores e 5924 funcionários. Contabiliza 142.293 acadêmicos oferece 1479 cursos de graduação e pós-graduação. Disponível em: < <http://www.new.acafe.org.br/acafe/>>.

4 ABRUC - Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de Educação Superior, fundada em 26 de julho de 1995, com sede em Brasília, reúne atualmente 68 Instituições Comunitárias de Educação Superior – ICES. Tratam-se de instituições sem fins lucrativos, que desenvolvem ações essencialmente educacionais, como ensino, pesquisa e extensão, com notória excelência em suas atividades – elas encontram-se bem colocadas e avaliadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES – e apresentam conceitos de 3 a 5 no Índice Geral de Cursos – IGC. Disponível em: < <http://www.abruc.org.br/abruc/>>.

5 ANEC - Associação Nacional de Educação Católica do Brasil, fundada em 2007, tem como finalidade atuar em favor de uma educação de excelência, assim como promover uma educação cristã evangélico-libertadora, entendida como aquela que visa à formação integral da pessoa humana, sujeito e agente de construção de uma sociedade justa, fraterna, solidária e pacífica, segundo o Evangelho e o ensinamento social da Igreja. Disponível em: < <http://anec.org.br/a-anec/finalidade-missao/>>.

6 ABIEE - ABIEE – Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas, pessoa jurídica de direito privado, com fins não-econômicos, fundada em 2001, congrega entidades representativas de instituições de ensino, com fins não-econômicos, vinculadas às denominações evangélicas e mantenedoras de instituições de ensino reconhecidamente evangélicas, com fins não-econômicos, de natureza confessional, que tenham por objetivos a promoção da educação, da pesquisa, do ensino, da cultura e de conhecimentos que contribuam para a melhoria das condições sociais do povo, empregando seus recursos em atividades e projetos desenvolvidos exclusivamente no território brasileiro. Disponível em: < <http://abiee.org.br/sobre-nos/>>.

1930, mas incrementou-se a partir da década de 1950, no Rio Grande do Sul. Quanto às universidades comunitárias de Santa Catarina, o modelo incrementou-se a partir da década de 1960. Para uma melhor compreensão do panorama das UC no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, apresenta-se o quadro a seguir.

Quadro 1- Universidades comunitárias no RS e SC - funcionamento e reconhecimento

Décadas	Início de funcionamento	Reconhecimento como universidade
1930	PUCRS	
1940	UNICRUZ	PUCRS
1950	UCS, UCPel, UNIJUÍ, UPF, UNISINOS	-
1960	URI, URCAMP, UNISC, FEEVALE, UNISUL, UNIVALI, UNESC, UNIPLAC, UNIVILLE, UNOESC, FURB	UCPel, UCS, UNISINOS, UPF
1970	UNOCHAPECÓ, UnC	-
1980	-	UNIJUÍ, URCAMP, UNISUL, UNIVALI, FURB, UnC
1990	-	UNICRUZ, UNISC, URI, UNESC, UNIPLAC, UNIVILLE, UNOESC
2000	-	UNOCHAPECÓ
2010	-	FEEVALE

Fonte: elaborada com base em Bittar (1999)

Entre as universidades comunitárias inseridas nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, encontra-se a UPF.

Universidade de Passo Fundo e a pesquisa

Dentre as universidades comunitárias do Rio Grande do Sul está a UPF, que, em 2018, completa 50 anos de existência e atende em torno de a mais de 20 mil alunos, conta com mais de 1.100 professores e 1.200 funcionários, e faz parte da vida de pessoas em mais de 100 municípios do norte gaúcho. A UPF já formou mais de 67 mil profissionais e oferece 61 cursos de graduação, 53 cursos de especialização em andamento, 14 cursos de mestrado, quatro cursos de doutorado, recebendo, inclusive alunos para estágio pós-doutoral. Conta com uma estrutura multicampi, que, além do Campus Passo Fundo, compreende unidades instaladas nos municípios de Carazinho, Casca, Lagoa Vermelha, Palmeira das Missões, Sarandi e Soledade.

Os primórdios dessa instituição, na década de 1950, já sinalizavam para o cunho comunitário. A UPF, desde a origem, em 1968, adotou uma vocação regional: seu primeiro estatuto já definiu que um dos objetivos da instituição consiste em contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da região. Nos movimentos sócio-históricos dos primórdios da UPF, os elementos que se sobressaem na constituição dessa universidade comunitária caracterizam-se pelas lideranças e iniciativas de várias pessoas que não esperaram pacientemente pela iniciativa do Estado (o que de fato não ocorreu) e, partindo das necessidades locais, tomaram decisões para a implantação do ensino superior. É necessário salientar que esse contexto não foi linear e harmonioso, mas repleto de desafios, frustrações, disputas, conflitos, avanços e retrocessos.

A consolidação desta universidade perpassa pelo tripé ensino, extensão, inovação e pesquisa. Em relação à pesquisa, este estudo analisa: i) iniciação científica, ii) pós-graduação *lato sensu e stricto sensu* e iii) os grupos de pesquisa.

Quanto à ***iniciação científica***, o Projeto Pedagógico Institucional-PPI (2017-2021) sinaliza

nas políticas institucionais a qualificação e consolidação da pesquisa institucional, com vistas ao fomento da produção científica em nível de graduação e de pós-graduação e à aproximação entre a pesquisa e a comunidade externa. O quadro a seguir revela o panorama da iniciação científica por modalidade de bolsa em 2016 e 2017.

Tabela 1 – Nº de bolsistas de iniciação científica por modalidade de Bolsa e Unidade⁷ - 2016 e 2017

UNIDADE	CNPq		FAPERGS		UPF	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017
FAC	-	-	-	-	-	-
FAED	2	3	1	2	6	9
FAVM	6	7	7	5	31	27
FD	2	2	2	3	8	10
FEAC	-	1	-	1	2	4
FEAR	3	4	4	3	19	19
FEEF	1	1	-	1	3	3
FM	-	-	-	-	1	0
FO	5	5	5	5	18	18
ICB	3	2	3	3	15	14
ICEG	3	5	5	4	17	20
IFCH	9	12	8	6	34	36
Total	34	42	35	33	154	160

Fonte: elaborada com base nos relatórios (2016/2017)

O número de acadêmicos com bolsa atendidos pelos programas de iniciação científica no ano de 2016 foi de 223 e no ano de 2017 foi de 235 acadêmicos.

Quanto a **Pós-graduação lato sensu**, teve início em 1976, a partir da realização de cursos de especialização. A pós-graduação em sentido estrito foi institucionalizada em 1995 com o funcionamento do curso de mestrado na área das ciências agrárias. O foco da pós-graduação, seja no sentido *lato* ou *stricto sensu*, é a pesquisa, que, conforme Severino (2012) consiste em expor e explorar a estrutura dos objetos, mediante instrumentos epistemológicos e técnicos adequados, a partir das fontes primárias, graças as quais estes efetiva a sua realidade. No ano de 2015 a UPF formou 446 alunos especialistas. Em 2016, 646 alunos e em 2017 a UPF formou 247 alunos.

Entre as principais metas da pós-graduação, segundo o PPI (2017-2021) evidencia-se a tendência de, efetivamente, se expandir, respeitando o princípio do compromisso social da instituição. O documento anda sinaliza que a pesquisa na UPF tem avançado nos últimos anos, fomentando a criação e o desenvolvimento de cursos de pós-graduação *stricto sensu* em várias áreas do conhecimento, o que, por sua vez, viabiliza programas de pesquisa mais maduros, estáveis e produtivos.

A relação da pesquisa e da pós-graduação é, portanto, necessária e imprescindível e a instituição deve garantir o ambiente administrativo para que essa simbiose aconteça e dê bons frutos. As políticas institucionais sobre a Pós-graduação presentes no PPI (2017-2021) evidenciam: i) qualificação da graduação, da pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, atendendo aos padrões avaliativos e às demandas sociais; ii) reestruturação do processo de avaliação institucional (ensino, pesquisa, extensão e gestão) e iii) qualificação e consolidação da pesquisa institucional, com vistas ao fomento da produção científica em nível de graduação e de pós-graduação e à aproximação entre a pesquisa e a comunidade externa.

Quanto a **Pós-graduação stricto sensu**, o espaço da universidade em programas de pós-

⁷ FAC- Faculdade de Artes e Comunicação; FAED – Faculdade de Educação; FAVM – Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária; FD – Faculdade de Direito; FEAC – Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis; FEAR – Faculdade de Engenharia e Arquitetura; FEEF – Faculdade de Educação Física e Fisioterapia; FM – Faculdade de Medicina; FO – Faculdade de Odontologia; ICB – Instituto de Ciências Biológicas; ICEG – Instituto de Ciências Exatas e Geociências; IFCH – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

graduação (PPG) *stricto sensu* é o lócus privilegiado da produção do conhecimento científico, a qual gera pesquisas sistematizadas na forma de dissertações e teses.

Ao longo dos últimos anos, a UPF tem trabalhado para melhoria, qualificação e ampliação de seus programas de pós-graduação. Esse esforço, feito por meio da capacitação do corpo docente, da internacionalização e do fortalecimento da produção de pesquisas, foi demonstrado na avaliação quadrienal da Capes. Os dados divulgados em 2017 revelam o crescimento dos programas da universidade. Dos 15 programas em andamento na UPF, quatro tiveram aumento na nota e dois conquistaram nota 5. Os programas de Bioexperimentação, Ensino de Ciências e Matemática, Envelhecimento Humano e Odontologia passaram do conceito 3 para 4. E os programas de Educação e Letras obtiveram nota 5.

A seguir, apresentam-se os PPG da UPF, ano de criação e linhas de pesquisa.

1. Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGAdm): nível de mestrado acadêmico com início em 2015. O curso tem como área de concentração a Gestão Estratégica das Organizações, com duas linhas de pesquisa: i) Comportamento, aprendizagem e gestão de pessoas; e ii) Competitividade e *marketing*.

2. Programa de Pós-Graduação em Agronomia (PPGAgro): implementado em 1996 e, a partir de 2004, passou a oferecer o curso de doutorado. Em 2007, ocorreu a primeira defesa de tese de doutorado da instituição. Desde 2009, é também oferecido estágio pós-doutoral. O PPGAgro é constituído por cinco linhas de pesquisa: i) Biotecnologia e recursos genéticos; ii) Ecofisiologia e manejo de plantas; iii) Horticultura e paisagismo; iv) Proteção de plantas; e v) Solos.

3. Programa de Pós-Graduação em Bioexperimentação (PPGBioexp): nível de mestrado acadêmico, com início em 2012. Desde 2013, oferece estágio pós-doutoral. O mestrado em Bioexperimentação concentra duas linhas de pesquisas: i) Etiopatogenia, epidemiologia e diagnóstico laboratorial de doenças transmissíveis e não transmissíveis; e ii) Higiene, inspeção, microbiologia e composição química de alimentos.

4. Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCiAmb): nível de mestrado acadêmico, com início de suas atividades em 2016. Oferece a área de concentração Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com duas linhas de pesquisa: i) Sociedade e conservação dos recursos naturais; e ii) Tecnologia ambiental e sustentabilidade.

5. Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia de Alimentos (PPGCTA): nível de mestrado acadêmico, com início das atividades em 2014, com duas linhas de pesquisa: i) Processos biotecnológicos e não convencionais na produção de alimentos e ingredientes; e ii) Qualidade e propriedades funcionais de alimentos.

6. Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu): iniciou suas atividades em 1997, com o curso de mestrado. No segundo semestre de 2012, começou a primeira turma do curso de doutorado. O PPGEdu conta com três linhas de pesquisa: i) Fundamentos da educação; ii) Processos educativos e linguagem; e iii) Políticas educacionais.

7. Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD): iniciou suas atividades acadêmicas em 2014. O curso de mestrado conta com duas linhas de pesquisa: i) Jurisdição constitucional e democracia; e ii) Relações sociais e dimensões do poder.

8. Programa de Pós-Graduação em História (PPGH): iniciou suas atividades em 1998, com o curso de mestrado acadêmico. Em agosto de 2014, teve início a primeira turma do curso de doutorado. O programa tem como área de concentração a História regional e conta, atualmente, com três linhas de pesquisa: i) Política e relações de poder; ii) Economia, espaço e sociedade; e iii) Cultura e patrimônio.

9. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil e Ambiental (PPGEng): iniciou suas atividades em 2003, com o curso de mestrado acadêmico. Em abril de 2016, começaram as atividades do curso de doutorado. A área de concentração do programa é em Infraestrutura e meio ambiente, com duas linhas de pesquisa: i) Planejamento territorial e gestão da infraestrutura; e ii) Infraestrutura sustentável.

10. Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL): iniciou suas atividades em 2003, oferecendo o curso de mestrado acadêmico, e, em agosto de 2014, começou a primeira turma do curso de doutorado. O PPGL tem três linhas de pesquisa: i) Constituição e interpretação do texto e

do discurso; ii) Leitura e formação do leitor; e iii) Produção e recepção do texto literário.

11. Programa de Pós-Graduação em Envelhecimento Humano (PPGEH): primeiro programa interdisciplinar da UPF, criado em 2009. O curso concentra-se na área de Envelhecimento humano, saúde e sociedade e é constituído por duas linhas de pesquisa: i) Aspectos culturais e educacionais do envelhecimento humano; e ii) Aspectos biológicos e psicossociais do envelhecimento humano.

12. Programa de Pós-Graduação em Odontologia (PPGOdonto): nível de mestrado e doutorado acadêmico. Iniciou suas atividades em 2010. Em abril de 2016, começaram as atividades do curso de doutorado. Tem como área de concentração a Clínica odontológica, com três linhas de pesquisa: i) Biomateriais; ii) Clínica odontológica baseada em evidências; e iii) Odontologia preventiva.

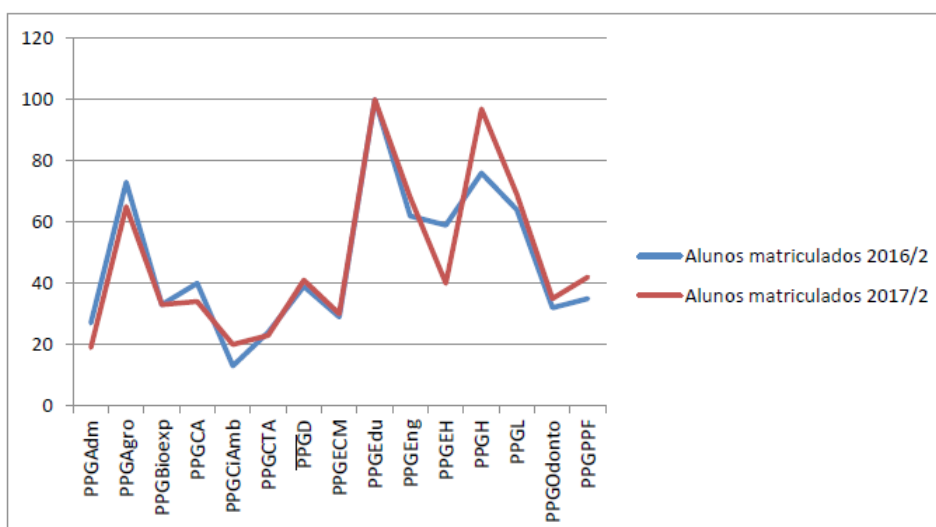
13. Programa de Pós-Graduação em Projetos e Processos de Fabricação (PPGPPF): primeiro curso de mestrado profissional da UPF, implementado em 2011, em Projeto e Processos de Fabricação, vinculado à área de Engenharia Mecânica (Engenharias III). O PPGPPF possui três linhas de pesquisa: i) Processos de fabricação; ii) Projeto de máquinas e equipamentos; e iii) Seleção de materiais aplicados ao projeto e fabricação.

14. Programa de Pós-Graduação em Computação Aplicada (PPGCA): iniciou suas atividades em 2014, com o curso de mestrado profissional em Computação Aplicada. Apresenta duas linhas de pesquisa: i) Computação pervasiva, modelagem e simulação; e ii) Sistemas interativos e de informação.

15. Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática (PPGECM): Iniciou suas atividades em 2014, com o curso de mestrado profissional em Ensino de Ciências e Matemática. Tem duas linhas de pesquisa: i) Fundamentos teórico-metodológicos para o ensino de Ciências e Matemática; e ii) Tecnologias de informação, comunicação e interação aplicadas ao ensino de Ciências e Matemática.

Iniciados na década de 1990, os cursos de pós-graduação *stricto sensu* da UPF já titularam 1917 mestres e 87 doutores, totalizando 2004 titulados. No ano de 2017, o número de alunos regulares matriculados nos programas de pós-graduação *stricto sensu* da UPF cresceu 1,42% em relação ao ano de 2016, conforme apresentado na Figura 1.

Figura 1 - Relação de alunos regulares matriculados em programas de pós-graduação *stricto sensu* em 2016 e 2017



Fonte: Relatório UPF (2017)

Quanto aos **grupos de pesquisa**, encontra-se o registro de 98 (noventa e oito) grupos cadastrados em 2016 distribuídos nas grandes áreas: nas Ciências Humanas 22 (vinte e dois) grupos; nas Ciências Sociais e Aplicadas 17 (dezessete) grupos; nas Engenharias 11 (onze) grupo;

nas Ciências da Saúde 19 (dezenove) grupos, nas Ciências Agrárias 15 (quinze) grupos, nas Ciências Exatas e da Terra 8 (grupos), na Linguística, Letras e Artes 5 (cinco) grupos e nas Ciências Biológicas 1 (um) grupo. Observa-se que o período de formação dos mesmos, 17 (dezesete) grupos foram criados na década de 1990; 43 (quarenta e três) deles entre 2000 e 2005 e os outros 38 (trinta e oito) entre 2006 e 2014. É possível perceber que, embora o início dos grupos de pesquisa na UPF tenha ocorrido nos anos 90, houve um avanço expressivo, chegando ao patamar de quase cem grupos. Ressalta-se neste sentido, o crescimento da produção do conhecimento e as repercussões no âmbito local, nacional e internacional.

Em estudos anteriores⁸ relacionados aos grupos de pesquisa, bem como na definição das linhas de pesquisa – LP desenvolvidas em seus Programas de Pós-Graduação tendo como foco na perspectiva interdisciplinar e no cuidado ambiental. Para este estudo, foram examinadas ambas as categorias - perspectiva interdisciplinar e - cuidado, preservação e uso sustentável do meio ambiente e da vida em duas ordens de materiais, disponibilizados no site da Instituição, com o fim de realizar a análise do seu conteúdo.

Embora já esperado, pela área do conhecimento que abriga, vale destacar que o curso de Mestrado em Ciências Ambientais é o único dos 15 PPGs da UPF que apresenta simultaneidade de presença nas duas categorias assinaladas para o presente estudo, nas duas (2) LP que o Programa disponibiliza aos seus alunos.

Entretanto, a análise dos GP também surpreende pois, os dados se comportam de forma invertida. Em 98 (noventa e oito) grupos analisados, a *perspectiva interdisciplinar*, foi identificada em 41 deles, sendo que mais da metade destes grupos (51%) apresentavam mais características interdisciplinares. Já a categoria *cuidado, preservação e uso sustentável do meio ambiente e da vida* se encontra especificada em apenas 21 grupos do total de 98. Destes, 76% apresentam mais características pertinentes à questão ambiental. Importante salientar que apenas dois GPs apresentam concomitantemente as duas categorias: Grupo de Ensino de Ciências e Educar - Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação e Cuidado em Saúde. De forma não conclusiva, pode-se afirmar que das duas categorias pretendidas a da *perspectiva interdisciplinar* se encontra mais fortemente presente nos grupos organizados para a pesquisa, Interpreta-se que a presença de interação entre pesquisadores de formação e atuação diferenciadas e, principalmente a percepção do reconhecimento da importância de campos disciplinares diversificados /multidisciplinares e o desejo expresso de ações integradas na abordagem de problemáticas justificadas, evidencia um caminho em direção à interdisciplinaridade. O paradigma epistemológico emergente, embora incipiente, se mostra presente nesses GP. O desafio será construí-lo de modo sistemático, consequente e responsável.

No contexto apresentado, é possível afirmar que a UPF encontra-se no *processo de consolidação da pesquisa*, evidenciado pelo cuidado ético em pesquisa, pelas publicações e pelo intercâmbio em ciência e tecnologia. Nesta perspectiva, Morosini (2008), salienta a *cultura da instituição*, isto é, o modo como a instituição se organizou para a pesquisa e a diversificação de formatos estruturais formalizados ou não tem afetado a produção científica nacional. Este elemento é necessário ao desenvolvimento da pesquisa e consequentemente aos grupos de pesquisa.

Corroborando neste sentido, a questão da *sustentabilidade da pesquisa* que, segundo Longhi (2011), é assegurada no orçamento institucional, porém, alicerçada na participação e empenho dos pesquisadores em concorrer a editais de agências de fomento à pesquisa, na busca de parcerias para a realização de pesquisas ou do apoio às atividades de ou vinculadas à pesquisa ou a sua divulgação/socialização. A existência de infraestrutura adequada implica o acesso a laboratórios, equipamentos, salas especializadas, biblioteca, recursos tecnológicos, informáticos, de variadas ordens. Os gestores se manifestam quanto à preocupação com a pesquisa:

Sim, a UPF possui, a Vice-Reitoria de Pós-Graduação e a Vice-Reitoria de Graduação. Ela tem muito essa preocupação do ensino sempre amparado na pesquisa e também na extensão, então a toda uma preocupação nesse sentido que os

8 Grupos de pesquisa: compromisso com a formação na perspectiva interdisciplinar e com o cuidado ambiental (BORDIGNON, 2017).

professores realizam pesquisa e pra isso a Vice-Reitoria define um percentual de carga horária pra esses professores que são pesquisadores. (G 1).

As políticas de pesquisa da UPF existem, mas sofrem as restrições decorrentes da falta ou da escassez de recursos que a instituição dispõe para a manutenção de tal atividade. O processo de credenciamento dos pesquisadores ocorre periodicamente, seguindo os critérios de produtividade dos órgãos de gestão da pesquisa do país (G 3).

Há políticas pelas normativas que existem.(..)Há projeção da Pós-graduação como lugar da pesquisa (G 4).

Ao salientar sobre a regulamentação das atividades de pesquisa, Longhi (2011) afirma que o que se preza é o primado da transparência, da democratização, da possibilidade e do compromisso de fazer pesquisa na universidade. Para que isso ocorra, entende-se igualmente indispensável a existência de uma *estrutura organizacional* capilar para a pesquisa, desde os órgãos centrais da administração (conselhos superiores, pró ou vice-reitorias, coordenações), que se desdobre como presença descentralizada e atuante em unidades/ departamentos/ divisões/ setores/ núcleos chegando até os docentes, os alunos e os funcionários. Nesse mesmo conjunto, pode-se destacar a importância e a imprescindibilidade da existência de *comissões internas e externas* para avaliação, emissão de pareceres e acompanhamento de projetos e de outras solicitações pertinentes à atividade de pesquisa (licenças, convênios). Destaca-se, ainda, como indispensável, a presença ou a possibilidade de acesso a *Comitês de Ética em Pesquisa*.

No que diz respeito às políticas, percebe-se que há um direcionamento e uma preocupação com as proposições da pesquisa e também com o subsídio aos professores para a realização das pesquisas, como tempo para realizá-las. Outro aspecto que chama a atenção diz respeito à preocupação da inserção do professor/pesquisador na graduação. Um aspecto de necessidade relacionado à pesquisa é a possibilidade de um maior mapeamento e maior interlocução na própria instituição e na extensão. Tal necessidade fica evidente na fala de um gestor:

Tem proposição de políticas de pesquisa, tem uma normatização em torno da pesquisa, procura-se estimular para que se desenvolva as diferentes áreas do conhecimento. Mas me parece que nos carecemos talvez um mapeamento maior das pesquisas que nós fazemos, de uma interlocução maior entre nós, isso não só na pesquisa, isso na extensão, nos projetos. Porque às vezes também, o trabalho do pesquisador é solitário, o pesquisador muitas vezes, também acaba fazendo voos solos. Eu acho fundamental para que a gente possa olhar pra instituição, o que nós temos, o que nós produzimos, como nós produzimos, para quê, acho que desdobrar isso do ponto de vista da pesquisa é importante (G 8).

A graduação precisa ser olhada, esse professor precisa olhar para as iniciações científicas, para o trabalho de extensão. A pesquisa precisa derivar das proposições, dos projetos de extensão, assim como a extensão precisa gerar pesquisa e tudo isso na interface como ensino. Então, vejo que os egressos saem com condições pra isso, na maioria eu percebo um esforço pra qualificar seu fazer nos seus diferentes espaços, pra ressignificar esses espaços (G 7).

Reitera-se a consolidação da pesquisa na UPF, bem como a política de formação docente com apoio institucional.

Sobre os grupos de pesquisa, relevante destacar a lição de Severino (2012), que ressalta

a importância da atuação em grupo, em equipe, como efetivas comunidades de pesquisa. A experiência das universidades comunitárias monitoradas pela sociedade civil de sua região de abrangência, sem fins lucrativos e radicada em seu entorno, pode ser (re) pensada em suas possíveis conexões. Nessa perspectiva, os grupos de pesquisa consolidam a pesquisa. O grupo de pesquisa⁹, segundo o CNPq, consiste em

[...] um conjunto de indivíduos organizados hierarquicamente em torno de uma ou, eventualmente, duas lideranças: cujo fundamento organizador dessa hierarquia é a experiência, o destaque e a liderança no terreno científico ou tecnológico; no qual existe envolvimento profissional e permanente com a atividade de pesquisa; cujo trabalho se organiza em torno de linhas comuns de pesquisa; e que, em algum grau, compartilha instalações e equipamentos (CNPq, 2013).

Goergen (2012) reforça que os grupos de pesquisa são integrados por investigadores de diversas regiões e países, de culturas e línguas diferentes. A qualidade da gestão da pesquisa na universidade brasileira perpassa pelos *grupos de pesquisa* – GPs. Eles são de fato espaços de pesquisa e de sua institucionalização e cada vez mais se evidencia sua importância na edificação da ciência que a realidade brasileira requer (FRANCO et al 2009).

Os grupos de pesquisa são indutores da institucionalização de projetos. Franco et al (2009), ao realizar uma retrospectiva da pesquisa na UPF, salienta que a UPF, desde sua instalação, além do ensino e das atividades de extensão, mostrou interesse nas atividades de pesquisa. Elucida que, no ano de 1996, a UPF cadastrou pela primeira vez 10 GPs junto ao CNPq, no período em que a instituição instalou seus primeiros programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Realizando um levantamento no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, percebe-se o panorama dos grupos de pesquisa na UPF, relacionados aos PPG escolhidos para este estudo, com base no Censo de 2010. A UPF possuía 98 GPs, dos quais 15 tinham relação com o Mestrado em Educação, nove com o Mestrado em Envelhecimento Humano, três com o Mestrado em Letras e sete com o Mestrado em História. Salienta-se que a escolha dessa relação não está somente vinculada às linhas de pesquisa, mas também aos docentes dos PPG que estão inseridos nos grupos de pesquisa. Corrobora essa perspectiva um gestor, quando manifesta:

Existem setores e grupos de pesquisa já consolidados que têm conseguido manter a produção, atingindo patamares de produção reconhecidos nacional e internacionalmente. A ampliação e consolidação dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, têm contribuído para o crescimento da pesquisa na instituição (G 3).

O teu grande laboratório de pesquisa é o teu entorno. Você vai fazer para todo mundo, mas no entorno. Não adianta pesquisar uma realidade americana (G 7).

Os grupos de pesquisa agregam a existência de *Linhas de Pesquisa* – LP, segundo Longhi (2011) representam prioridades institucionais a partir de temáticas de origem justificada (científica ou social), de problemas reais de qualquer ordem; alimentam, reciprocamente, as ações de ensino em todas as etapas da educação superior – graduação, pós-graduação *lato e stricto sensu* e de extensão desenvolvidas. As linhas de pesquisa bem justificadas transformam-se em programas específicos que ocorrem na graduação e pós-graduação, envolvendo a comunidade acadêmica, articulando a pesquisa ao ensino e à extensão como formas de efetivar o compromisso social e político da instituição. Também servem como sinalizadores e, ao mesmo tempo, precisam suportar

9 O conceito de grupo de pesquisa, construído desde o início do projeto do Diretório dos Grupos de Pesquisa, continua o mesmo: trata-se de um grupo de pesquisadores, estudantes e pessoal de apoio técnico que está organizado em torno à execução de linhas de pesquisa segundo uma regra hierárquica fundada na experiência e na competência técnico-científica. Esse conjunto de pessoas utiliza, em comum, facilidades e instalações físicas. Como se vê, a(s) linha(s) de pesquisa subordinam(m)-se ao grupo, e não o contrário.

a análise crítica e multidisciplinar das consequências do conhecimento produzido, as repercussões e os efeitos de sua socialização. A análise deve ser ampliada, pois não poderá ser restrita apenas à comunidade acadêmica.

Severino (2012) salienta que as linhas de pesquisa são oferecidas pelos programas justamente para criar espaços adequados para a atuação solidária de vários pesquisadores cujas competências e interesses permitam uma atividade conjunta, integrada e convergente, produzindo coletivamente o conhecimento no seu âmbito temático. Estas não devem apenas articular temas, mas também agregar pessoas.

As atividades de pesquisa desenvolvidas na UPF vêm apresentando significativos incrementos quanti e qualitativos em razão, principalmente, da presença de grupos de pesquisa e de linhas de pesquisa.

Conclusão

Este artigo objetivou analisar a universidade comunitária em suas concepções e no aporte da pesquisa. O estudo dedica-se ao acompanhamento na Universidade de Passo Fundo (UPF). Para realizá-lo, utilizou-se de fontes bibliográficas, dados institucionais e entrevistas com gestores institucionais. Nesta perspectiva, os compromissos de qualquer universidade estão associados ao compromisso acadêmico, com a formação de novas gerações; ao compromisso profissional, no que tange à formação de novos profissionais, e ao compromisso institucional, com a comunidade no seu entorno.

As universidades comunitárias, pela sua própria concepção, também têm o compromisso de serem (re) pensadas, em um processo de ação-reflexão-ação, em todas as suas instâncias, ou seja, na graduação, pós-graduação, extensão, gestão, inovação e pesquisa. Esse modelo de universidade traz em seu bojo a dimensão pública da Educação Superior.

Constata-se que vários fatores possibilitaram a consolidação da pesquisa na UPF, entre eles: professores pesquisadores presentes na graduação, inserção dos acadêmicos na iniciação científica, políticas de pesquisa, presença de grupos e linhas de pesquisa. Estes fatores associados evidenciam a cultura da instituição, a estrutura organizacional e a sustentabilidade da pesquisa.

Ao finalizar o trabalho e tendo presente os estudos prévios que o subsidiam, destacam-se indicativos da importância dos formatos acadêmico-institucionais nas escolhas e decisões das universidades que definem e redefinem seus compromissos, projetos e práticas. Também fica marcante papel da pós-graduação neste processo, enquanto espaço ímpar de formação, de construção e desenvolvimento da pesquisa científica para as interações com a comunidade. Ao definir seus arranjos colaborativos e seus modos de articulação e interação para as práticas acadêmicas a universidade se reconstrói.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS. Disponível em: < <http://www.abruc.org.br/abruc>>. Acesso em: 20 set. 2018.

ABIEE. Disponível em: < <http://abiee.org.br/sobre-nos/>>. Acesso em: 20 out. 2018.

ACAFE. Disponível em: <<http://www.new.acao.org.br/acao/>>. Acesso em: 02 out. 2018.

ANEC . Disponível em: < <http://anec.org.br/a-anec/finalidade-missao/>>. Acesso em: 03 out. 2018.

BITTAR, Mariluce. **Universidade Comunitária: uma identidade em construção.** Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, UFScar. São Carlos: 1999.

BITTAR, Mariluce. **O ensino superior privado no Brasil e a formação do segmento das universidades comunitárias.** Avaliação, Campinas; Sorocaba, v. 6, n. 2, p. 33-42, jun. 2001.

BORDIGNON, Luciane Spanhol. **A Pós-Graduação como Interlocutora das Relações Universidade**

e **Comunidade**. Tese de Doutorado em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2014.

_____. **Grupos de pesquisa**: compromisso com a formação na perspectiva interdisciplinar e com o cuidado ambiental. Prepared for delivery at the the 2017 Congress of the Latin American Studies Association, Lima, Peru, April 29-May 1, 2017.

BOTH, Agostinho; FRANTZ, Telmo. **As escolas “particulares” do DGE-38**: sua natureza pública e comunitária. In: Raízes da educação e da cultura no distrito Ge-Educacional 38: uma revisão e prospecção. Distrito Geo-Educacional 38, 1985. p. 7-15.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_5ed.pdf. Acesso em: 20 out. 2018.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Poder Executivo, Brasília, 1996.

_____. **Lei 12 881/2013**. Disponível em: < http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2012.881-2013?OpenDocument>. Acesso em: 16 out. 2018.

_____. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 03 out. 2018.

CNPQ. **Diretório dos Grupos de Pesquisa**. Disponível em: <http://www.cnpq.br/gpesq/apresentacao.htm>. Acesso em: 10 nov. 2013.

FRANCO, Maria Estela; LONGHI, S. M.; RAMOS, M. G. **Universidade e pesquisa**: espaços de produção do conhecimento. Pelotas: Editora UFPel, 2009.

FRANCO, Maria Estela Dal Pai; MOROSINI, Marília Costa. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS): **da universidade técnica à universidade inovadora**. In: MOROSINI, Marília Costa. A Universidade no Brasil: concepções e modelos. Brasília: INEP, 2006.

LONGHI, S. M.. Qualidade na Gestão e Pesquisa. In: Maria Estela Dal Pai Franco; Marília Costa Morosini. (Org.). **Qualidade na educação superior**: dimensões e indicadores. 1ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011, v. 4, p. 237-247.

MOROSINI, M. C.; SOUSA, A. **Limites e desafios do sistema nacional de avaliação da educação superior**. Bahia: Ed UFFS, 2008.

FRANTZ, Walter. **Universidade Comunitária**: uma iniciativa pública não-estatal em construção. In: SILVA, Enio Waldir; FRANTZ, Walter. O papel da extensão e a questão das comunitárias. Ijuí: Unijuí, 2002. p. 15-102.

GOERGEN, Pedro. **A internacionalização dos programas de pós-graduação**, 2012. Disponível em: <<http://www.upf.br/seer/index.php/rep/issue/view/362/showToc>>. Acesso em: 20 out. 2018.

MOROSINI, M.; FRANCO, M. E. D.P. **Universidades Comunitárias e sustentabilidade**. Educar, Curitiba: Editora UFPR, n. 28, p. 55-70, 2004.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. **Ensino superior privado no Rio Grande do Sul**. Documento de trabalho do Nupes. São Paulo, USP, n.6, 1995.

POZENATO, José Clemente. **Apontamentos sobre o lugar institucional da universidade comunitária**. Caxias do Sul: ABRUC, 1995, xerox.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Pós-graduação, pesquisa e formação**: desafios da contemporaneidade. In: Revista Espaço Pedagógico, 2012. Disponível em: <http://www.upf.br/seer/index.php/rep/issue/view/362/showToc> Acesso em: 10 mar. 2013.

SCHMIDT, João Pedro. **O Comunitário em tempos de público não estatal**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 15, n. 1, p. 9-40, mar. 2010.

VANUCCHI, Aldo. **A universidade comunitária**: o que é, como se faz? 4. ed. São Paulo: Loyola, 2013.

UPF. Projeto Pedagógico Institucional (PPI). Universidade de Passo Fundo, 2017.

_____. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Universidade de Passo Fundo, 2017.

_____. Relatórios Institucionais. Universidade de Passo Fundo, 2016.

_____. Relatórios Institucionais, Universidade de Passo Fundo, 2017.

Recebido em 30 de setembro de 2018.

Aceito em 6 de novembro de 2018.